

**ATA DA 327ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL
DE SAÚDE DE SÃO PAULO**

SÃO PAULO, 12/03/2026

PRESIDENTE

LUIZ CARLOS ZAMARCO

COORDENADOR DA COMISSÃO EXECUTIVA

WALTER MASTELARO NETO

SECRETÁRIO GERAL DO CMS-SP

JÚLIO CÉSAR CARUZZO

ATA ELABORADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CMS-SP

DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICA DE SAÚDE

DIGITAÇÃO:

SUELÍ DE OLIVEIRA GIMENEZ - AAG

REVISÃO GERAL:

JÚLIO CÉSAR CARUZZO – SECRETÁRIO GERAL

I – Conselheiros Presentes

Representantes da Sociedade Civil:

MARIA AUXILIADORA CHAVES DA SILVA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE

IVETE CECÍLIA MARABELLO FESTINO – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE

BENEDITO ALVES DE SOUZA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO

MARCIONÍLIA NUNES DE LIMA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO

EDILEUZA CONCEIÇÃO SILVA LIMA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL

MARIA DE FÁTIMA ALVES MARTA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL

PEDRO ALÉM SANTINHO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE

CLARISVALDO RÊGO MONTEIRO FILHO – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE
CIRLENE SOUZA MACHADO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

Representantes dos Movimentos Sociais e Comunitários

GABRIEL MOTTA SOUSA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
IVANILDA RODRIGUES DE SOUZA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
JUSSARA SANTOS PEREIRA MACHADO DA SILVA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
NILCÉA ALVES GOMES – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
JONAS MARSSARO – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
JOSÉ LUIZ DOS SANTOS – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
ALDENIRA DE AGUIAR AMARANTE – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
ANDRÉ ANCELMO ARAÚJO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
JAQUELINE TEIXEIRA DOS SANTOS – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

Representantes dos Portadores de Patologia

CARLOS MIGUEL DE FREITAS – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
SHEILA VENTURA PEREIRA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
WALTER MASTELARO NETO (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

Representante da Pessoa com Deficiência

Representante dos Sindicatos Patronais

Representante das Centrais Sindicais

ROSILÂNIA CORREIA LIMA CARDOSO – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS

Representantes das Entidades Sindicais – Categoria Saúde

ÂNGELA APARECIDA DOS SANTOS – (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS – CATEGORIA SAÚDE
ÉRICA TIE MIAI – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

Representante das Entidades Sindicais Gerais

LAUDICÉIA REIS SILVA DOS SANTOS – (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
AMÉLIA DALVA RIBEIRO DE OLIVEIRA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
VALÉRIA LUZIA FERNANDES – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS

Representantes dos Conselhos Função Fim

REINALDO CÉSAR YOSHINO DE LIMA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHO REGIONAIS FUNÇÃO FIM

Representantes dos Conselhos Função Meio

Representantes da Associação dos Profissionais Liberais

NEIDE APARECIDA SALES BISCUOLA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS

PRISCILA PEREIRA TANCREDI – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS

Representante da Universidade Pública

Representante da Universidade Privada

Representante do Prestador Lucrativo

Representes Prestador Filantrópico

Representantes do Poder Público

MARIA DAS DORES LIMA SOARES – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

MARIA LENI CLEMENTE DOS SANTOS – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

NEUZA MARIA CÂNDIDO POLICASTRE – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

MARIA ROSÂNGELA SANTOS QUEIROZ TAVARES – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

MARIÂNGELA PACHECO COSTA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

MILTON COIFMAN – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

II – Justificativas de ausência

PAULO ROBERTO BELINELO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

ALICE REGINA DE LIMA SANTEZI – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

CLÁUDIO APARECIDO COBOS – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

PAULO ROBERTO MARVULLE – (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA

NEUSA KUKUYA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA

JOSÉ IVAN FERREIRA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

III – Ausentes

ADÃO DO CARMO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE

APARECIDA BENEDITA FRANCISCO DOS SANTOS – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

PÂMELLA DE FREITAS SAIÃO SCAFURA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

MÁRCIA LAUTON DE OLIVEIRA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

ALEX RICARDO FONSECA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS

IVONILDES FERREIRA DA SILVA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS – CATEGORIA SAÚDE

ANTENOR GOMES GONÇALVES – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
FABIANO DE OLIVEIRA SOARES – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
ROSEMEIRE SENA LOPES – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
DURVAL RODRIGUES – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
FRANCISCO ERNANE RAMALHO GOMES – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS FUNÇÃO MEIO
JOSÉ APARECIDO MAION – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS FUNÇÃO MEIO
CARLA GIANNA LUPPI – (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA
INALDO ROCHA LEITÃO FILHO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO
GABRIELLE MARAINA RODRIGUES – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO
MARIA ISABEL RIBEIRO DE CAMPOS – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR FILANTRÓPICO
GABRIELA PINHEIRO TRAVAINI BARRETO – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR FILANTRÓPICO
POLIANA COLOMBO BALDIN – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

Walter Mastelaro Neto., Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Após verificação de quórum, inicia a reunião. Constatando a ausência do Presidente, declara que vai coordenar a reunião. Passa ao Secretário do CMS-SP para leitura da pauta:

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: Faz leitura da pauta

A - Aprovação da Ata da 326ª Reunião Plenária Ordinária;

B - Informes da Mesa;

C - Informes dos Conselheiros;

D - Informes das Comissões;

E - Ordem do Dia:

- Apresentação do parecer do pedido de vista do conselheiro José Ivan Ferreira à minuta de resolução da Comissão de Recursos Humanos do CMS/SP para contratação de Sanitaristas por concurso público;
- Plano Municipal de Saúde 2026/2029;
- Avaliação da Estrutura: Auditoria SUS e Controle Interno – COCIN;
- Falta de Profissionais nas Unidades de Saúde: Ministério Público, Secretaria Municipal de Gestão, Secretaria Municipal da Fazenda, COGEP, DAMA, SEGA e CPCS.

F- Deliberações

- Aprovação do Regimento Interno da Comissão de Pesquisas, Ciência, Tecnologia, Assistência Farmacêutica e Insumos;
- Aprovação da Resolução da 23ª Conferência Municipal de Saúde de São Paulo;
- Aprovação do Regulamento do Processo Eleitoral do novo mandato do CMS/SP;
- Ampliação do escopo das pessoas representadas na questão do canabidiol.

Pergunta se alguém quer fazer inclusão de pauta. Declara que também possui inclusão. Aprovação da ata da 1ª Reunião Plenária Extraordinária do CMS/SP.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: No item de deliberação, incluir a retificação no item sobre escopo das pessoas representadas na questão do canabidiol e remover o nome de Carla Brito na denúncia em desfavor

no Pleno anterior, devido a alguns componentes novos. Propõe retirar o nome dela e incluir os nomes dos verdadeiros responsáveis.

Colocar o item do PMS 2026-29 nas deliberações, retirando da ordem do dia.

Inverter o item das deliberações, colocando no início. Informes no final.

Laudicéia Reis Silva dos Santos, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais

Gerais: Solicita incluir Hospital do Tatuapé, porque estão com servidoras sendo punidas por terem trazido aqui problemas em relação ao hospital. Outra solicitação é sobre a decisão de desmanchar a CRS Centro.

Maria Auxiliadora Chaves da Silva, Conselheira Suplente, representante do Movimento

Popular de Saúde Leste: Relata que haverá amanhã reunião na STS Cidade Tiradentes do CMS porque haverá chamamento amanhã e considera necessário ter a participação de um representante.

Benedito Alves de Souza, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de

Saúde Centro: Solicita incluir a questão do fechamento da CRS Centro.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: Consulta o Pleno – Aprovada a pauta com modificações e inclusões solicitadas.

Coloca em votação aprovação das atas 326ª Reunião Plenária Ordinária e 1ª Extraordinária – Aprovadas. Não há informes da mesa.

1º Ponto – Deliberações:

- **Aprovação do Regimento Interno da Comissão de Pesquisas, Ciência, Tecnologia, Assistência Farmacêutica e Insumos**

Consulta o Pleno – aprovado, com abstenção da gestão.

- **Aprovação da Resolução da 23ª Conferência Municipal de Saúde de São Paulo etapa da X Conferência Estadual de Saúde de São Paulo, da XVIII Conferência Nacional de Saúde.**

Walter Mastelaro Neto., Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias,

Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Esclarece que estão se referindo resolução da XXIIIª Conferência, data da conferência, detalhes da conferência, que já foi aprovada no ano passado. No meio do caminho, o CNS mudou a data de limite para realização da Conferência.

Ontem foram aprovados os documentos da Conferência Nacional, que teve o tema modificado.

O que já está definido: as comissões municipais já foram formadas e as pré-conferências acontecerão no dia 23 de maio. Algumas supervisões vão se agrupar. As CRS maiores serão agrupadas. O modelo será ajustado, mas o formato seguirá como a conferência anterior. Conferência – 26 a 28/06 ou 02 a 04/07. Não há ainda números de pessoas delegadas. Ainda não há documento nem regimento. Ouviu falar que aumentaria o número da representação do município nas outras etapas.

Fábio Henrique Salles, da AGP: – Estão sem contrato de eventos da SMS há quase cinco meses, sem conseguir finalizar. Isso pode trazer prejuízo para a data da Conferência. E só podem fazer contratação mediante a definição da data, local de realização e número de pessoas

Sem isso, não podem iniciar o processo de licitação. São vários contratos, como locação de espaço, alimentação, estrutura, ônibus. Conversou com a Fernanda do CNS sobre a possibilidade de alteração da data e ela disse que é complicado fazer essa alteração. Cita a Lei 8.142, dizendo que é bem clara no seu artigo 1º é clara em dizer que as Conferências devem reunir representantes do governo, trabalhadores e tal como todos já conhecem, avaliar a situação e propor diretrizes; a realização também estabelece que a convocação e a competência são do poder executivo. Cita também a lei 12.000, que fala muito sobre essa questão da conferência ser no terceiro trimestre. Diz que é lógico que se for para ser nessa data, nós vamos fazer a conferência sem problema nenhum, mas podemos ter algumas novidades contratuais, porque fazer uma licitação pode trazer

problemas como já ocorreu no passado com empresa que ganhou que era empresa do Rio de Janeiro e foi impugnada gerando atrasos. A ideia é fazer uma Conferência de qualidade, como sempre foi feito.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Relata que já conversou com o Fábio sobre isso e que quem chamou a Conferência foi o CNS. O CMS não pode mudar o desenho que foi apresentado. A gente tem um cenário que está posto. Não acredita que tenha problema que o Conselho aprove que seja enviada essa consulta ao Conselho Nacional de Saúde.

Não pode ter uma janela muito extensa, porque a atual gestão do CMS tem uma data para acabar. Se a conferência for aprovada com uma data além dessa janela, significa que terão que estender também a atual gestão. Se a conferência tiver que ocorrer para além desse prazo, precisam ter em mente que a gestão aqui precisa ser alongada, porque não tem o que fazer. Não tem como entregar essa conferência para a próxima gestão, planejando sem estar dentro do Conselho. Então, o cenário é esse. Não vê problema em fazer essa consulta. A gestão atual tem data para acabar. Se for prorrogado, o atual CMS tem que ter o mandato prorrogado também.

Farão a conferência com 520 participantes. A última teve grande ausência de pessoas.

Isso foi discutido na Comissão Executiva e por isso está trazendo aqui.

A última teve participação de 397 pessoas. E custou 7 milhões de reais, o que considera um valor muito alto. É preciso um esforço ativo, inclusive da comunicação institucional, para que haja uma divulgação melhor, porque teve uma dificuldade muito grande de divulgação Institucional nas últimas conferências.

Benedito Alves de Souza, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Lembra que em 2005 era conselheiro e que organizaram Conferência em menos de 1 mês. O município de São Paulo não pode ficar de fora da Conferência Nacional, sendo o maior município do país.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: O cenário dito pela gestão é que com a suspensão do contrato, que tem autorização para fazer todos os eventos, a Secretaria precisa começar um novo processo. E esse novo processo demanda um tempo. A lei de Licitação dá 90 dias. Por isso eles estão pedindo para solicitar essa extensão do CNS para que possam dar início a esse processo. É esse o cenário que se tem hoje. Como já falou para o Fábio, não tem nenhuma objeção a perguntar porque quem tem que definir isso é o Conselho Nacional. Se ele concordar, excelente. Se ele não concordar, paciência. Precisam aprovar de qualquer forma a conferência.

José Luiz dos Santos, Conselheiro Titular, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Pergunta se as pré-conferências se realizarão por Coordenadorias de Saúde. Acredita que devem ser feitas por STS. Acha que sua região fica prejudicada porque limita a participação.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Esclarece que serão por grupos de STS, assim como ocorreu na última conferência. O Conselheiro André Ancelmo sugeriu que se escreva no regimento que dividiram no mesmo desenho da conferência anterior. Se no território quiserem fazer por STS, façam por conta própria e enviem o documento unificado para o CMS. A conferência não está sendo diminuída, é o mesmo número de pessoas delegadas que participaram da última conferência. O que estão cobrando é um esforço maior, todo um movimento é feito e tem uma baixíssima participação. Embora tenha uma divergência na mesa, é importante lembrar que essa conferência tem uma importância maior para o estado e para o CNS do que para o município. Aqui tem um Plano de Saúde 26/29 na mesa. As diretrizes dessa conferência não vão impactar esse plano. Apesar de dizerem que o plano é elástico, fluido e pode ser mudado, as diretrizes dessa conferência não vão impactar nesse plano.

Então, sendo bem realista, essa conferência não tem importância para o município diretamente, porque ela não vai impactar. Esses dados não vão entrar no Plano que foi aqui apresentado. Precisam ser realistas com o que têm, porque inclusive precisam ter uma discussão do PMS para terminar. E tem também o processo eleitoral, que na sua opinião são questões mais importantes na mesa do que talvez essas mini discussões sobre a conferência.

Coloca em votação. Aprovação da resolução.

Datas: 26 a 28/06 ou 02 a 02/07 – 520 participantes.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: Em regime de votação, aprovação a resolução sobre a vigésima terceira conferência com as sugestões de datas 26 a 28 de junho ou 2 a 4 de julho quantidade de participantes 520, e condicionando o envio de ofício ao Conselho Nacional de Saúde, verificando a possibilidade de prorrogação desse prazo, prorrogar esse prazo por um ou dois meses no máximo, porque não podem atrapalhar outras etapas.

Auxiliadora – sim, Ivete -sim, Benedito – sim, Edileuza – sim, Cirlene -s, Pedro – sim, Cirlene – sim, Gabriel – sim, Ivanilda – sim, Nilcéa – sim, Zito – sim, André – sim, Carlos – sim, Walter- sim, Rosilânia- sim, Érica – sim, Laudiceia – sim, Amélia – sim, Reinaldo – sim, Neide – sim, Dora- sim, Neuza – sim, Mariângela- sim.

Resultado:

22 - votos favoráveis;

0 - contrário;

0 - abstenção.

Aprovada resolução por unanimidade.

Próximo Item: Aprovação do Regulamento do Processo Eleitoral do novo mandato do CMS/SP;

Pedro Além Santinho, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Pede vista.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: A partir desse fato, informa que prorroga-se o mandato por 90 dias do CMS/SP. Aprovada.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: Esclarece que vão prorrogar posteriormente. A prorrogação será levada ao próximo Pleno ad. Referendum. Ela está aprovada, mas o próximo Pleno precisa referendar.

Próximo Item: Ampliação do escopo das pessoas representadas na questão da denúncia sobre o canabidiol.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Explica que no último pleno fizeram uma representação à Corregedoria Geral para abrir um procedimento para averiguar se houve qualquer irregularidade na conduta funcional e apontaram a Sra. Sandra Sabino, a filha dela, Milena Sabino e o Aparecido Duarte de Oliveira. Depois, acessou alguns outros documentos e existem outras pessoas que precisam elencar. São as seguintes pessoas: Cristina e Siglione que foi presidente da 8ª CLP, pregoeira; Juliano Carvalho Dalapé, que foi pregoeiro e Ízis Zumiyara Minarva Damico, que é a diretora do departamento.

Paulo Pron, Adriana Spinola Gabriel, Maria Angélica Munhoz, Rosângela da Rosa, Silvia de Vicentins e Milena Silvia, Carlos Eduardo Yamashita, Ernesto Aparecido Alarcon Junior, Sérgio Henrique Cossoli Guilherme, Fábio Batista, Leonardo Luz da Silva, Tatiana Fortes Pedroso, Adriana Cardoso de Lima, Valéria Rondinelli, Vânia Maria Borges, Heloisa Torres de Oliveira Firmino, Taiara Coelho Santos, Leandra Mara Tomazi, Michel Simões de Carvalho, Paulo Cesar Rocha Lima, Paulo Sérgio Takashi Suzuki e Alexandre Guedes. Ressalta que não estão aqui em tese alguma afirmando que essas pessoas, esses servidores roubaram ou contribuíram para essa questão, apenas que participaram do processo e precisam ser ouvidos na Corregedoria para

apuração dos fatos com relação ao canabidiol comprado pela Secretaria, por uma empresa do Paraguai, que não tinha licença da ANVISA, que não poderia vender nem distribuir e que foi recolhido de todas as unidades, gerando uma desassistência e um senso de não reconhecimento do direito adquirido daquelas pessoas que passaram a retirar o canabidiol na farmácia.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: Em regime de votação, ampliação da quantidade de pessoas na denúncia sobre a representação sobre a compra do canabidiol.

Auxiliadora – sim, Ivete -sim, Benedito – sim, Edileuza – sim, Clarivaldo – sim, Cirlene -s, Gabriel – sim, Ivanilda – sim, Jonas – sim, Zito – sim, André – sim, Carlos – sim, Walter- sim, Rosilânia- sim, Érica – sim, Laudiceia – sim, Amélia – sim, Reinaldo – sim, Neide – sim, Dora- não, Neuza – não, Mariângela- não.

Resultado:

19 votos favoráveis;

3 contrários;

Nenhuma abstenção.

Aprovada a ampliação.

Próximo Item: Solicitação de retificação da denúncia quanto à Sra. Carla Brito.

No Pleno passado fizeram representação em desfavor da Sra. Cala Brito, que era coordenadora da CRS Sul e responsável pelo território. Depois que o conselheiro André verificou o processo SEI solicita retificação.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Relata que depois que acessou os processos que tratam sobre a adequação, a reforma e a manutenção do aluguel, viu que ela não assinou os documentos. Quem assinou os documentos, e aqui a mudança do da representação é em desfavor da Sra. Sandra Sabino, do Sr. Maurício Serpa, secretário adjunto e do Sr. Luiz Arthur Vieira de Caldeira, que é o chefe de gabinete. Então, quem autorizou a manutenção do aluguel, a reforma do prédio que não foi utilizado, foram as três pessoas citadas. Solicita a este plenário que o ajude na retificação para que, com responsabilidade, não aponte uma pessoa que não foi responsável e que aponte as pessoas que assinaram o processo e são responsáveis pelo desperdício de dinheiro público.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: **Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP:** Em regime de votação. Corrigir a denúncia, retirando o nome da sra. Carla e colocando os três nomes citados.

Auxiliadora – sim, Ivete -sim, Benedito – sim, Edileuza – sim, Pedro – sim, Cirlene -sim, Gabriel – sim, Ivanilda – sim, Nilcea- abstenção, Zito – sim, André – sim, Carlos – sim, Walter- sim, Rosilânia- sim, Érica – sim, Laudiceia – sim, Amélia – sim, Reinaldo – sim, Neide – sim, Dora- não, Neuza – não, Mariângela- não.

Resultado:

18 favoráveis,

3 contrários;

1 abstenção.

Aprovado.

Próximo item de deliberação: Plano Municipal de Saúde 2026/2029

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Quer saber se há concordância para que ele assine as representações como Coordenador Geral do Conselho, para que isso não fique na assinatura da Secretaria Executiva do Conselho. Pergunta se precisa fazer votação para isso. Está questionando se o Conselho autoriza que assine, como coordenador geral, essas representações, porque acha que assim tiram o foco da Secretaria Executiva do Conselho e encaminham isso para a Corregedoria. Existe todo um procedimento que a Corregedoria tem que seguir, é certo e apurar.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: Coloca em regime de votação.

Auxiliadora – sim, Ivete -sim, Benedito – sim, Edileuza – sim, Pedro – sim, Cirlene -sim, Gabriel – sim, Ivanilda – sim, Nilcea- sim, Zito – sim, André – sim, Carlos – sim, Walter- sim, Rosilânia- sim, Érica – sim, Laudiceia – sim, Amélia – sim, Reinaldo – sim, Neide – sim, Dora- não, Neuza – não, Mariângela- não.

Resultado:

19 favoráveis,

3 contrários;

nenhuma abstenção.

Aprovado.

Priscila Pereira Tancredi, Conselheira Suplente, representante da Associação dos Profissionais Liberais: Tem uma questão de esclarecimento sobre o tema do canabidiol. Quer passar a palavra para a convidada Flávia.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: Esclarece que pode falar, mas que o encaminhamento já foi dado.

Convidada Flávia Anuniação: Declara que quer chamar atenção em relação ao ponto do canabidiol para esse Conselho e que também vai precisar se debruçar sobre isso. “Tem uma questão em relação aos trabalhadores, que é jurídica e ética, os trabalhadores foram instados a dispensar uma medicação que não passou pelo crivo da Anvisa. Se algum usuário morresse ou tivesse uma reação adversa, um evento, quem responderia por isso? Então a gente tem uma questão jurídica de você colocar trabalhadores em insegurança jurídica e poder responder por isso e uma insegurança ética, porque se você olhar no conjunto de regramento ético da minha profissão, tem certas coisas que eu não posso fazer e eu tenho certeza que um farmacêutico não está autorizado a dispensar uma medicação que ele não sabe a origem, que ele não sabe o que tem dentro do frasco e que não tem o registro da Anvisa. Então esse também para além do aspecto orçamentário, é preciso que esse Conselho discuta a situação em que esses trabalhadores foram colocados. Acometeu uma ilegalidade e que a gente possa discutir isso na Comissão de RH, na Comissão de Políticas Públicas, para que isso não se repita nunca mais com nenhum trabalhador. Ser instado, obrigado, treinado a dispensar uma medicação que não passou pelo crivo da Anvisa e que nenhum trabalhador pode garantir o que tem dentro daquele frasco. Então isso é importante para além do aspecto econômico, o aspecto legal e o aspecto ético da nossa profissão.” Solicita que sua fala seja transcrita na íntegra.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Agradece à Flávia pela contribuição e responde a questionamento de conselheiro que o mandato atual do CMS está prorrogado por referendo. Não há o que fazer. O Conselho tem prazo para entregar o processo eleitoral. Se o processo eleitoral não está pronto, os mandatos estão referendamente prorrogados. Se o nosso presidente não quiser assinar a prorrogação, estará comprando uma briga que não será com ele.

Próximo Ponto: Plano Municipal de Saúde 2026/2029

Maria das Dores Lima Soares, Conselheira Titular, representante do Poder Público: Pede vista. Declara que pediu vista ao Plano de Saúde primeiro porque não vai votar naquilo que não entende; segundo porque quer ouvir as áreas técnicas e, terceiro, vai ter sim sua resposta na data certa, em respeito a esse Pleno que respeita muito.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Próxima deliberação: Indicação de representante para participar de reunião na STS Cidade Tiradentes – Indicada a conselheira Maria Auxiliadora.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: Coloca em regime de votação.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Faz a chamada nominal, conforme solicitado pela gestão.

Auxiliadora – sim, Ivete -sim, Benedito – sim, Edileuza – sim, Pedro – sim, Cirlene -sim, Gabriel – sim, Ivanilda – sim, Nilcea- sim, Zito – sim, André – sim, Carlos – sim, Walter- sim, Rosilânia- sim, Érica – sim, Laudiceia – sim, Amélia – sim, Reinaldo – sim, Neide – sim, Dora- sim, Neuza – sim, Mariângela- sim.

Resultado:

Aprovado.

22 votos favoráveis;

0 contrário;

0 abstenção. Unanimidade.

Próximo ponto – Ordem do Dia: Apresentação do pedido de vista do conselheiro José Ivan Ferreira

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: Apresentação do parecer pedido de vista do conselheiro José Ivan à minuta de resolução da Comissão de Recursos Humanos do Conselho para contratação de sanitaristas por Informa que o conselheiro Jose Ivan está de férias, porém encaminhou e-mail solicitando a dilação do prazo regimentalmente.

Próximo Ponto – Avaliação da estrutura da Auditoria SUS e Controle Interno – COCIN – Fábio, da AGP apresentou justificativa.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Solicita que conste em ata que embora o Fábio tenha gentilmente apresentado uma justificativa, que a área apresentou ter uma agenda, acha que é importante consignar que esse ponto foi esse acordado no último pleno, com Auditoria e COCIN presentes. Então, apesar de ter essa justificativa, acha importante que esteja registrado isso, que no último Pleno foi acordado que se estenderia essa discussão e a área estava ciente, sabendo que já tinha um calendário com o Conselho Municipal da Saúde.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: A área não está aqui, mas podem discutir a pauta. Esse ponto é importante.

Estruturas precisam funcionar adequadamente. Se a gestão não tem interesse de dialogar sobre o assunto, podem dialogar entre os conselheiros. Diz que geralmente, discutem a assistência, a prestação de serviço lá embaixo, a assistência farmacêutica, a distribuição de medicamentos, mas existem camadas em tudo isso, dentro de um processo da estrutura da SMS que precisam funcionar adequadamente para que não tenha situações como, por exemplo, quando o IABAS roubou 45milhões do hospital da Brasilândia. Ou quando ocorreu, por exemplo, essa questão do canabidiol e que a Secretaria não tem um plano de integridade e de conformidade, e é para isso que serve a Coordenadoria de Controle Interno, tem camadas de proteção, tem a Coordenadoria de Controle Interno que deveria estabelecer os processos de integridade, de conformidade e de fazer um processo de fiscalização sistemático, tendo em vista que a Secretaria Municipal da Saúde é a maior estrutura da administração pública da prefeitura de São Paulo. Tem o 2º orçamento da Cidade. a educação está na frente, Saúde está em segundo. A COCIN, que é Coordenadoria de Controle Interno, em qualquer lugar e aí desafia qualquer um aqui a dar um Google, em qualquer órgão do governo federal ou da própria prefeitura se você for lá e jogar prefeitura de São Paulo no Google você vai encontrar como integrante do Gabinete do prefeito a Controladoria-geral do Município, que é o órgão de controle, quem trata da integridade, da conformidade dos processos para que as coisas caminhem direito de toda a prefeitura. Aqui na

Secretaria, a COCIN está subordinada à SERMAP, Secretaria Executiva de Monitoramento, Avaliação, Parcerias e Regulação

A COCIN teria que fiscalizar a SERMAP, e não estar subordinada a ela. aí você tem o que é pior que é o componente Municipal de auditoria da saúde da cidade de São Paulo, que é a terceira fase, a terceira linha de defesa, porque tem a própria estrutura como uma linha de defesa, tem o controle interno como uma linha de defesa e a auditoria como uma linha de defesa. A auditoria está subordinada à COCIN no controle interno e o e o Coordenador da COCIN está nomeado auditor da auditoria. É esse tipo de situação que têm dialogado aqui e talvez nesse mandato tenham tentado conseguir com bastante êxito, porque conseguiram reduzir os nossos conflitos, maximizaram as nossas potencialidades, as nossas convergências. Estão caminhando bem, mas precisam olhar para esse aspecto. Então, qual é a sua proposta? Na reunião passada, no Pleno passado, o pessoal da COCIN disse que não tinha o regimento interno do componente Municipal da Auditoria, que é obrigatório. Não tem um plano de atuação da COCIN, nem da auditoria.

E a legislação diz que tem que ter um plano de atuação, quais serão as auditorias, como serão desenvolvidas as atividades ao longo do ano. Qualquer um que entrar agora no Sistema Nacional de Auditoria, no DENASUS vai encontrar o Plano Nacional de Auditoria do DENASUS, se entrar na Secretaria de Estado da Saúde vai encontrar o Plano de Auditoria da Secretaria do Estado da Saúde, mas aqui não tem. Propõe que se questione primeiro a Auditoria Nacional do SUS, com relação ao componente municipal. Informar que o CMS se debruçou e verificou que o componente municipal não tem regimento, não tem plano, é subordinado ao Controle Interno dentro de uma secretaria que até ontem era a responsável por mais da execução de 52% do recurso, um pouco mais de 52%, 70% do orçamento. Então como é que a auditoria, que o membro da auditoria vai ter autonomia para fazer uma auditoria se o chefe dela é auditor dela mesmo e o chefe do chefe dela é o secretário da onde ela tem que auditar. Então, acaba que não tem autonomia, o componente auditoria precisa ter autonomia. Defende, inclusive, que a auditoria não tenha estrutura aqui, que fosse num espaço separado, num lugar diferente, com autonomia, com funcionários que também não tem. Lá, os funcionários, são trabalhadores que estão aposentados e agora são auditores em cargos em comissão, e a função fica meio distorcida.

Acha que vale a pena comunicar o Tribunal de Contas do Município que a auditoria e o e o controle interno estão desvirtuados no seu processo e não têm condições alguma de produzir algo que seja significativo do ponto de vista de impedir qualquer irregularidade. Comunicar a Auditoria Nacional do SUS, que o componente municipal está em desconformidade com a legislação que institui o Sistema Nacional de Auditoria. Comunicar a Câmara dos Vereadores num ofício individual a cada um dos 55 vereadores de que o componente aqui, tanto da auditoria quanto do controle interno, não estão aptos e precisam ser melhorados. O secretário acabou de reorganizar o território, criando o território da Coordenadoria “Center Norte”. Ele tem condições de reestruturar a si mesmo, a fim de garantir que esses componentes, tanto controle interno como a auditoria, tenham autonomia aqui dentro e evitem situações como essas que são vistas todos os dias acontecendo e que não deveriam acontecer.

Priscila Pereira Tancredi, Conselheira Suplente, representante da Associação dos Profissionais Liberais: Acha que há um problema de entendimento da Secretaria com relação ao que é esse entendimento jurídico de que quem executa não pode se auto fiscalizar. São dois processos diferentes. Quem executa tem que ser fiscalizado por uma pessoa de fora.

E lhe parece que isso é um problema de entendimento da própria Secretaria, porque há esse mesmo problema dentro hoje da Secretaria de Vigilância, porque hoje a gente não é uma Secretaria de vigilância, hoje é a Secretaria Executiva de Atenção básica e Vigilância em Saúde. Isso faz com que a Secretaria de Vigilância em Saúde esteja diretamente subordinada à Atenção Básica, que, por sinal, é uma das partes que a gente precisa fiscalizar enquanto Vigilância em Saúde, então, dentro desse escopo, não poderia estar subordinada à própria chefe.

Nesse momento, além de estar subordinada ao próprio chefe, tem que fazer o papel de fiscalização. E o que tem acontecido hoje é a perseguição direta às autoridades sanitárias que estão sendo instadas a cometer irregularidades. A esquecer o código sanitário para que elas possam agir dentro da legislação. Se elas não estão fazendo isso, elas estão sendo removidas. *ex officio*. Esse é o papel hoje de quem está sendo cumpridor da lei que diz que a gente tem que

fazer a fiscalização sanitária. Gostaria de ceder alguns minutos da fala para as pessoas que vieram aqui hoje para manifestar com relação à falta de profissionais nas unidades de saúde, um ponto, inclusive, que será gravíssimo com relação ao hospital, vai ser uma pauta única, mas pede a possibilidade de dar alguns minutinhos da fala para o pessoal que veio da região da zona norte para que elas possam falar sobre isso.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Lê o encaminhamento proposto para votação. A construção de questionamento à Auditoria Nacional do SUS sobre a situação do componente municipal. Comunicação da situação municipal ao TCM, à Câmara dos Vereadores para cada mandato individualmente. Isso será votado. Pede autorização para assinar todos os documentos e encaminhe.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: Faz a chamada nominal.

Ivete -sim, Benedito – sim, Edileuza – sim, Pedro – sim, Cirlene -sim, Gabriel – sim, Ivanilda – sim, Nilcea- sim, Zito – sim, André – sim, Carlos – sim, Walter- sim, Rosilânia- sim, Angela – sim, Laudiceia – sim, Amélia – sim, Reinaldo – sim, Neide – sim, Dora- não, Neuza – não, Mariângela- não

Resultado:

19 – favoráveis;

3 – contrários;

0 – abstenção.

aprovado

Próximo Item – Falta de profissionais nas Unidades de Saúde.

Laudicéia Reis Silva dos Santos, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: Declara que na Comissão de RH tem chegado inúmeros documentos falando da falta de profissionais nas unidades não só na Administrativa Direta, quanto mesmo nas unidades de OSS, mas falando aqui especificamente das unidades da Direta, existem unidades que já mandaram vários documentos falando da necessidade e a gestão só responde, a Secretaria de Saúde só responde que não está com ela o poder de repor esse quadro. Dentro da comissão foi sugerido pedido para que chamassem os atores para ver quem realmente é responsável e consegue dar conta desse problema que é dessa gestão, inclusive da Secretaria Municipal da Saúde. Relata que chamaram alguns atores e nenhum deles veio, mas foram chamados alguns atores para tentar explicar o que vai ser feito para resolver o problema de falta de profissionais e, conseqüentemente, a piora da qualidade do atendimento da população, porque não tem gente suficiente para fazer. Tem pessoas inscritas, é bom ouvir.

Priscila Pereira Tancredi, Conselheira Suplente, representante da Associação dos Profissionais Liberais: Complementa a fala da conselheira dizendo que esteve presente nessa última reunião da Comissão de RH, e comparecida a área técnica que esclareceu inclusive com relação a como é feito o recálculo desse é dimensionamento de pessoal e de que como isso é uma coisa dinâmica, inclusive precisaria ser feito o de redimensionamento dessa área Técnica, porque lhe parece que lá também faltam profissionais. É uma única profissional para fazer todo o redimensionamento das escalas de profissionais de todo o Sistema de Saúde Municipal, na mão de uma única pessoa, então acha que numa cidade desse tamanho talvez seja necessário que o RH de lá também seja recomposto para que ela possa, inclusive, ter dados a partir daquilo que é um planejamento, porque diversas vezes perguntaram a ela qual era o planejamento para a recomposição do RH a partir do déficit que é identificado nas unidades, e ela nos disse que ela trabalha apenas sob demanda do Ministério Público, ou alguma denúncia do TCM. Ela consegue fazer a apresentação dos dados somente a partir da provocação da demanda dos conselhos, enfim, da solicitação do dado daquele momento, aquele retrato, apenas a partir daquilo que ela é provocada. Então, ela não tem condições de dizer qual é o déficit e principalmente qual é o plano

a longo prazo, para que isso seja repostado. Parece que há uma questão da Secretaria de fazer a reposição pelos contratos de emergência e tudo mais, para que não seja feita a desassistência. No entanto, a gente tem visto que ao longo dos anos, esses contratos eles se prorrogam e não têm de fato resolvido o problema do RH dentro das Coordenadorias, como se tem visto, tanto no hospital do Tatuapé quanto nas demais unidades de saúde. A terceirização é uma possibilidade da gestão, no entanto, não tem se demonstrado para a população como algo que tenha algum valor, pois não vê as pessoas aqui dizendo que depois da terceirização tudo melhorou ou que a assistência tenha ficado a contento da população. De fato, o Plano Municipal não reflete essas condições e o conselho gestor tem sido cada vez mais silenciado nessa situação, porque a partir daí não se tem mais a participação dos trabalhadores da Direta e toda vez que a gente tem trabalhadores da OS que estão lá dentro, eles não podem falar, porque se eles falam eles são demitidos. Então, essas pessoas de fato não trabalham para o SUS, elas trabalham para uma OS que tem que gerar um dado e que ele não se reflete na necessidade da população. Então, hoje gostaria de passar a palavra para as pessoas que representam alguns conselhos da Zona Norte, onde a gente tem lutado bravamente para resistir à terceirização, porque esta população e este conselho gestor as pessoas da forma como tem ocorrido. Entende que a terceirização não vá melhorar essa unidade, mas que também não há a possibilidade de continuar funcionando, adoecendo. Deseja passar a palavra para o pessoal da zona Norte, por gentileza, pedir que venham aqui apresentar a situação das unidades do Lausanne Paulista, do Chora Menino, UBS Jai, e Ambulatório Tucuruvi.

Convidada Suzana: Declara que pertence ao conselho da Zona Norte, Santana. Diz que hoje têm quatro unidades diretas: Jai, UBS Lausanne, Chora Menino e AE Tucuruvi. Relata que hoje fizeram uma manifestação na UBS Lausanne, um processo de escuta, além da manifestação.

Ficaram profundamente sensibilizados com as dores da população. Todos devem ter visto o SPTV na semana passada, onde esse assunto foi tocado e que levou o secretário a fazer uma das respostas mais impressionantes que já viu na vida, que é: fala com ele, dê o seu Instagram para você falar com ele. Diz que está tentando falar com ele, mas até agora não conseguiu. A última informação que lhes deram era que essa data estava demorando porque alguém da Secretaria estaria presente e hoje, uma hora antes dessa reunião, ligaram cancelando mais uma vez. Declara que é mais do que falta de funcionários, porque essas 4 unidades há um ano vêm sofrendo processo profundo de sucateamento estratégico. Disseram à população Lausanne hoje que não era um acaso, mas um projeto. Ao final do ano, a Secretaria mudou de estratégia e começaram a afastar arbitrariamente as gerentes que tinham, tinham uma postura de resistência. Além disso, há irregularidades, descumprimento de ritos processuais. Encaminharam ao Ministério Público. No caso do Lausanne, a nova dirigente, aquela que entrou em substituição, ela faz uma fraude processual para poder aprovar a terceirização da UBS. Na reunião da Supervisão, ela tinha feito uma convocação com os conselheiros e ela ia fazer essa reunião no Conselho. Isso foi questionado porque ela usou a Supervisão, não submeteu essa pauta ao Conselho Executivo, a comissão executiva convocando completamente fora de ritos processuais. A maioria aprovou que essa reunião não poderia acontecer. Ela mudou de convocação para convite. Na pauta, ela coloca questões funcionais. Nessa reunião, só tinha um usuário. O restante era de convidados e ela aprova nessa reunião a terceirização. Isso é fraude processual. A gente tem uma promotora que acompanha, que é do grupo e quando a gente relata, ela diz, é fraude. Estão encaminhando ao Ministério Público, com atas de presença. No Lausanne, por exemplo, não tem pediatra; a população é obrigada a andar de 4 a 5 Km com as crianças que estavam em tratamento. Descobriram que a ginecologista está assinando receita da psiquiatria. Nesse processo, a unidade está sofrendo, os funcionários da unidade estão sofrendo assédio moral.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Sobre essa situação relatada, pede que seja remetida ao CMS. Foi informado que o documento já foi protocolado.

Convidado Severino: Declara que continuam na luta contra as terceirizações, que hoje não é mais uma luta só técnico trabalhista, é uma luta política foi luta política. Quando se tira uma gerente

que durante vinte anos foi uma gerente dessa unidade que na COVID foi a unidade que mais vacinou na cidade de São Paulo e nunca teve um registro sequer de reclamação, há quatro meses arrumaram reclamação da gerente. Eles não escutam o Conselho. Possui documentos encaminhados para o Ministério Público, ao Doutor Arthur. Ficaram oito meses sem ginecologistas. Enfrentam muitas dificuldades. A saúde pública não pode ser vendida. É uma luta justa. Que o CMS possa auxiliá-los. Pede apoio.

Convidada Antônia: Declara que protocolaram documento em 23 de fevereiro de 2026, na CRS Norte, em nome da Sra. Ana Cristina Kantzos e pediram uma audiência hoje. A AGP da região, que está aqui, ligou às 9h15 cancelando a audiência dizendo que ela não tinha tempo de recebê-las. Fizeram protocolo pedindo providências porque elas cometeram irregularidades.

Solicita que a representante da Coordenadoria justificasse, porque é a terceira audiência que estão pedindo justamente para saber que providências foram tomadas em relação a essa denúncia que estão fazendo, protocolada para o Secretário, Ministério Público, aqui no Conselho Municipal e ninguém tomou providência, sendo que a denúncia é seríssima. Tem uma gerente lá do Lausanne que colocou o marido dela que não é servidor público, não é médico da OSS e estava reconsiderando as listas de espera de fisioterapia. Ele estava ligando para a população dizendo que era médico de lá e se a pessoa precisa ou não de fisioterapia. Tem uma lista de 3 mil pessoas aguardando fisioterapia. Querem que a Secretaria tome providências. Precisa de auditoria urgente.

Convidado André – É da Região Sudeste. Vila Mariana/Jabaquara. Veio denunciar o descalabro que ocorre no AE CECI, que é um Centro de Especialidades, o único existente na região, para uma população de 600 mil habitantes na área de abrangência. Relata problema de RH e falta de aparelhos. Agora está ocorrendo desvio de ginecologista para uma UBS/AMA Geraldo, remoção de servidor da direta para unidade gerenciada pela OSS SPDM. Acha um desrespeito muito grande. Pede providências. Relata que já fizeram vários ofícios e enviamos para todas as esferas, inclusive para o Ministério Público, Tribunal de Contas, Conselho Municipal, Secretaria e outros órgãos mais e não estão vendo transparência da Supervisão. Não sabem mais a quem recorrer.

Neide Aparecida Sales Biscuola, Conselheira Titular, representante da Associação dos Profissionais Liberais: Declara que quer falar sobre a falta de RH. Essa Secretaria era estruturada pelos conselhos fiscalizadores das profissões através da TLP. Cada Conselho sabe de quantos profissionais necessitam para que se faça exatamente a assistência de qualidade.

E isto a gente perdeu. Perdeu por quê? Porque hoje a Secretaria não tem gerência nos RH dessas organizações sociais. Conseguiram organizações sociais para ter facilidade de RH. É só essa a função deles. Eles não dão mais nenhuma coisa a não ser RH. Então, as pessoas estão se aposentando e eles não estão repondo. E dizem que essas pessoas são da Estratégia de Saúde da Família, só que se esta Estratégia de Saúde da Família não está cadastrada não tem dinheiro, prejudicando a assistência. Fazendo levantamento curto, há 20% de falta de RH. Os aposentados não saíram dessa lista. Quando saírem vai para 40% faltando para prestar uma assistência de qualidade. Quem está trabalhando não tem culpa. Trabalha dobrado e adocece. É o que está acontecendo com os servidores da extinta CRS Centro. São dispensados, recebem seus direitos, mas saem adoecidos. Precisam repensar que Gestão está fazendo esta administração. Todas as unidades de saúde estão sem RH adequado para prestar assistência de qualidade.

Cirlene Souza Machado, Conselheira Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Enfatiza as falas das pessoas da Norte. Diz que está sempre cobrando, brigando pela vida, pois existem problemas em todos os territórios do município de São Paulo, mas nenhum se compara aos problemas existentes na Zona Norte. Já tinham problemas graves, mas imagina agora com a junção do Centro, já que também conhece as necessidades do Centro. Declara que na Norte os problemas são graves. Vivem numa enganação, local onde não existe cabeça pensante nem coração atuante. Pessoas que desrespeitam totalmente o ser humano. Cancelam reuniões marcadas. Precisam de ajuda de todos, do CMS e de outras regiões. Estão num momento de guerra.

Cita caso de CCO – pessoa saiu sem dentes e com hemorragia, precisando de atendimento de emergência. Há óbitos, por exemplo, de pessoa que caiu, bateu a cabeça, teve fratura craniana e foi à óbito no CCO. Ninguém fala. Pede socorro. Não tem recebido resultado. Precisam de apoio. Fala para o Sindicato averiguar. Tem trabalhador que está morrendo. Muito trabalhadores, tanto da direta quanto da OSS, adoecidos porque sofrem assédio o tempo todo. Sofrem assédio o tempo todo.

Clarivaldo Rêgo Monteiro Filho, Conselheiro Suplente, representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Fala sobre essa questão de falta de funcionário na nas unidades é complicada. Vivem isso na pele os problemas. É difícil entender os motivos. É falta de documentação por parte dos conselheiros? Não. Fazem muito. Entendem a relevância do CMS no controle social. Considera pouco o que podem fazer. Quem pode não faz ou está na mão de políticos que não têm comprometimento nenhum para que a população seja atendida. A base tem falta de funcionários e é ruim ouvir aqui no Conselho que os documentos são ruins como disse a conselheira que representa a gestão, a conselheira Neuza. Diz que a chefe dela não tem comprometimento nenhum e é péssima gestora, a. Dra. Ana Cristina que vai de encontro ao Secretário, que esteve lá no Distrito Perus/Anhanguera e na frente de um parlamentar falou que é um local onde falta mesmo pessoal.

Neuza Maria Cândido Policastre, Conselheira Titular, representante do Poder Público: Diz que primeiramente vai falar em relação à Coordenadoria Norte, sobre a reunião de hoje. Declara que logo pela manhã ligou para a Antônia pedindo desculpas pelo cancelamento da reunião porque a Dra. Ana tinha que estar aqui no Centro para fazer uma diligência por conta desta questão aí da Coordenadoria Centro passar para a Norte. Inclusive ela estava aqui no Centro muito cedo Ficou de passar, falou que ainda hoje passaria a nova data, inclusive já está com a nova data, mas que seria encaminhada por e-mail, então como está aqui hoje, amanhã será encaminhada por e-mail, mas já estava em mãos com essa nova data. Que esta reunião aqui fique gravada porque as pessoas ficam sofrendo assédios. Em relação ao conselheiro Clarivaldo, diz que ele cita seu nome sempre e no momento estava com o conselheiro André numa situação discutindo educação permanente, sobre os problemas das unidades e de conselheiro conhecer o serviço daquela unidade, levar como pauta aquela discussão do que acontece dentro da unidade dele, onde ele é conselheiro, e assim a gente ter uma qualidade de reunião de conselho e de ata, que as atas estão lá publicadas, quem quiser pode pegar e olhar e ver o que é discutido em cada reunião de conselho. Então, se a gente tiver uma reunião boa, com discussão daquela unidade, com pauta definida, o assunto claro naquela ata. Todos sabem que ata é um documento jurídico. Então, foi nessa questão que a gente estava conversando aqui e ele estava aí e ela já ficou sabendo que já foi para o território falando seu nome. Que estava falando que eles não sabem fazer documento. Então, quer dizer aqui que também está sofrendo muito assédio. Não é só trabalhador de unidade, não. Como AGP, estão sendo muito assediados pelos conselhos. Era isso que eu queria dizer.

Gabriel Motta Sousa, Conselheiro Titular, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Passa a palavra ao Convidado Francisco Freitas:

Diz que sua maior preocupação é, com certa tristeza, embora respeite os membros da gestão, não vê ninguém sistematizando as demandas, todo o debate, toda a discussão que está acontecendo aqui no CMS para levar ao Secretário. Esperar que a Secretaria do Conselho consiga sistematizar toda a ata fica muito difícil. Então, é como se as pessoas vêm aqui, falam tudo e não vai acontecer nada, e isso é muito complicado. Outra coisa é que devem ter preocupação dessa unificação da Norte com o Centro. A região central é flutuante não é só dos 400 mil moradores da região central, ela acaba pegando mais de 1 milhão e meio de pessoas rodando por essa cidade. Ocorre uma centralização, não está descentralizando tirando essa Coordenadoria, eliminando as Supervisões Técnicas, só não estão eliminando equipamentos. E pergunta qual é o objetivo. Um, otimizar, dois, melhorar realmente a lisura, a transparência, a probidade do serviço público? Isso é importante. É redução de custo? Se é redução de custo, na região central se gasta mais ou menos 350 milhões por ano. Lá, 330 a 340 milhões. Dá uns 650, 700 milhões. Vai cair para 500

milhões? Para 300 milhões? Há alguma coisa que justifique isso? Na verdade, tem um conjunto de trabalhadores e trabalhadoras que sofre todo esse conjunto de desgraça patrocinado pela Gestão, que não tem diálogo. O Conselho está aberto e por que se reprova Plano Municipal de Saúde? Porque no primeiro ano, a gestão elabora o Plano. O segundo ano é o ano da execução, mas lá na formação não chamam o Conselho. Discutir metas, necessidade de colocar UPA, os custos. É importante investir na atenção primária? Qual será o investimento? Trouxe essas pontuações porque é muito grave. Não tem uma justificativa e precisava que o secretário trouxesse a essa mesa a justificativa, porque se ele provar que realmente tem lastro, vão lastrear a palavra do secretário e não tem como lastrear a palavra do secretário se ele não apresenta dados e não dados baseados na realidade dos territórios.

Convidado Francisco, da Cidade Tiradentes – Deixa reclamação do que ouviram hoje. Denúncias gravíssimas contra a Saúde em todos os locais. Hospitais, OSS, UPA, PA. Ouviram denúncias de arbitrariedades, de autoritarismo de pessoas que trabalham na Saúde, mas que não têm essa responsabilidade ao trabalhar dessa forma, de agir dessa forma. Todos têm um discernimento e um regramento para trabalhar dentro de um Plano de Saúde, dentro de uma OSS. para fazer a saúde funcionar como eles se comprometeram a fazer. O que acontece na Zona Norte não é diferente do que acontece na Cidade Tiradentes, lá com o Santa Marcelina, também, como não é diferente aqui no Centro com a AFNE. Não podem fazer vista grossa para o que está acontecendo hoje com a saúde nessa cidade, porque é muito ruim para todos, não era o que queriam. Queriam falar de uma saúde com mais humanidade.

Convidada Flávia Anunciação: Declara que considera muito estranho falar de falta de profissionais com 23 mil pessoas aprovadas em concurso, esperando ser chamadas e que poderiam recompor as nossas unidades e os nossos RH faltosos. Muito difícil ouvir um CAPS funcionando sem psicólogo. E aí vão olhando a decisão administrativa e toda a subordinação inclusive das Coordenadorias e das Supervisões a um projeto que pretende terceirizar absolutamente todas as unidades sem uma discussão da qualidade do serviço prestado ou se essa opção por terceirizar tudo é realmente a melhor opção para a população. Isso é tão claro que a junção, a extinção da Coordenadoria Centro não passa por esse espaço, não passa pelo espaço de discussão do controle social do território e é muito semelhante a duas outras descentralizações que já viram: a do SAMU e a da Vigilância. A da Vigilância, para vocês terem uma ideia, não tem critério técnico, não tem estudo epidemiológico, não tem absolutamente critério técnico nenhum. O critério que usaram para tirar os trabalhadores dos territórios, foi o CEP das pessoas. Então, se eu morava lá na zona sul, eu seria transferido lá para o lado da Zona Sul. Absolutamente critério técnico nenhum, nenhum critério técnico com responsabilidade na prestação da assistência para a população. O SAMU também foi desmontado. O SAMU, anteriormente, tinha bases móveis que foram instaladas a partir de estudos epidemiológicos considerando critérios técnicos, inclusive o tempo resposta. Porque o tempo resposta pode ser definidor se você vive ou se você morre. Isso é, hoje tem bases dentro de UPA, dentro de lugares onde esse tempo resposta ficou maior, o que pode ter muito bem resultado em morte ou piora do quadro da população. E hoje há bases do SAMU que não têm climatização, não têm conforto térmico, não têm absolutamente nada. É um puxadinho com uma tinta na parede, sem absolutamente condição nenhuma. E o que é pior, desconsiderando os critérios do próprio Ministério da Saúde de como é que tem que ser uma base da vigilância ou uma base do SAMU. Então esse é o tipo de remodelação que a gente vai fazendo sem um comprometimento dessa Gestão com o controle social, com a população e, acima de tudo, com o resultado da sua decisão administrativa. Onde será discutido o resultado da decisão administrativa da extinção da Coordenadoria Centro? Juntar com uma outra Coordenadoria? Diz que o SINDSEP nunca foi recebido pela Coordenadoria Norte para discutir absolutamente nada. O maior número de casos de assédio que tem dentro do SINDSEP é dos trabalhadores da Coordenadoria Norte. Vocês não vão silenciar. E com todo respeito às Supervisões e à Coordenadoria do território, porque aqui não está falando do servidor que está lá, está falando da condição real que é imposta aos usuários e aos trabalhadores do território. A realidade é que é uma Coordenadoria extremamente com problemas de assédio, maior número de adoecimento dos trabalhadores, maior número de absenteísmo. O maior número de processos de assédio está na

Norte. Fazem a investigação do aumento dos casos de assédio no sistema de vigilância e o maior número de denúncias é da Norte, que não recebe ninguém e também não dá satisfação para ninguém, removeu autoridades sanitárias importantíssimas, tirou do sistema de vigilância. Outra coisa que acha importante quando estão falando aqui da situação dos trabalhadores, tanto dos terceirizados quanto da administração direta, acha uma contradição e acha que isso precisa ser discutido e precisa ter um posicionamento desse Conselho. Quando o Secretário vai à televisão e diz que o problema da unidade está no trabalhador que está na recepção. Isto é inaceitável. Isto é um processo assediado. Isso é só a demonstração do processo assediado que os trabalhadores terceirizados ou da administração direta estão sofrendo cotidianamente. O adocimento desses trabalhadores, enquanto há 23 mil aguardando para recompor o RH do município de São Paulo. Precisam olhar para isso e chamar à responsabilidade o prefeito Ricardo Nunes e o secretário Zamarco, que deveria hoje estar aqui fazendo essa discussão, fazendo o seu papel, e o papel dele não é aparecer na televisão e terceirizar a incompetência de Organização Social nas costas de servidor, seja ele terceirizado ou seja ele da administração direta. Espera aqui um posicionamento desse Conselho na defesa de todos os trabalhadores porque, cotidianamente, quando vocês chegam na UBS, não é o secretário que está lá, somos nós, é o meu corpo, é o corpo de todos os outros colegas trabalhadores que está lá atendendo, mesmo sem condição, porque o que precisa ser debatido também são as condições de trabalho. Não tem governabilidade para fazer gestão, porque se tivesse, os 23 mil estariam chamados ocupando lugar. Você não faz gestão de equipe mínima, como é que você toca uma UBS terceirizada sem nem a equipe mínima, como é que você troca o CAPS sem psicólogo, sem psiquiatra. E aí é muito triste, sem dentista, sem médico? Não faz. E tem que ir para a televisão e dizer que a culpa é dos trabalhadores e da população que quer ser atendida e não encontra atendimento adequado. Aqui, de maneira veemente, na representação dos trabalhadores, repudia a fala do Secretário e espera um posicionamento desse Conselho. Solicita que sua fala seja transcrita na íntegra.

Pedro Além Santinho, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde

Oeste: Propõe como encaminhamento desse tema específico que a Flavia falou agora que esse Conselho aprovasse nesse momento uma notícia crime sobre incitação à violência e improbidade administrativa – contra o Secretário da SMS. E também afronta aos princípios da moralidade administrativa, como crime de improbidade administrativa, pelo mesmo tema do prefeito da cidade de São Paulo que está atentando contra a saúde pública e servidores em particular, numa cidade tão violenta. Essa fala dele é inaceitável e considera um crime. Pode redigir e encaminhar.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Declara ciência e diz que se isso for aprovado vai pedir a colaboração do conselheiro.

Laudicéia Reis Silva dos Santos, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais

Gerais: Diz que tem proposta de encaminhamento e que entende que a gestão saiu propositalmente para poder atrapalhar a reunião, o que acha um desrespeito. O tema está sendo discutido e a gestão sair no momento em que estão falando de algo que eles precisam ouvir, já que eles representam a gestão. Acha que como forma de encaminhamento, precisam trazer novamente esse tema, convocando, oficiando esses atores que não vieram e a Secretaria Municipal da Saúde precisa dizer qual é o quadro real da TLP hoje da administração direta aqui, porque têm feito esse pedido pela Comissão de RH e isso não tem acontecido. Precisam oficializar a Secretaria para dizer qual é a TLP específica e também precisam discutir como é essa TLP das OSS, porque sabem que as OSS não estão mantendo nenhum quadro mínimo nas unidades. Quer deixar isso aqui como encaminhamento e também um repúdio à fala do secretário, que desrespeita sempre os trabalhadores e nunca está aqui para discutir aquilo que é responsabilidade dele.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Diz que o encaminhamento da conselheira Laudicéia é mais simples. Considera que não seja necessário votar para que esse tema volte no

próximo Pleno na pauta. Informa que receberam na Comissão de RH a resposta de que a TLP não é um documento referencial para o número mínimo de pessoas, é preciso entender a dinâmica do território. Só que eles não falam o que é.

Tem o encaminhamento do conselheiro Pedro, que acha que precisa ser votado para que seja decidido, então vão para votação sobre esse encaminhamento.

Consulta o Pleno. Com base nos feitos públicos e notórios, o Secretário estava num programa de televisão, num jornal matinal.

Em regime de votação nominal.

Elaboração de uma notícia crime sobre incitação à violência e improbidade administrativa – contra o Secretário da SMS.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: Faz a chamada nominal.

Ivete -sim, Benedito – sim, Edileuza – sim, Pedro – sim, Cirlene -sim, Gabriel – sim, Ivanilda – sim, Nilcea- sim, Zito – sim, André – sim, Carlos – sim, Walter- sim, Rosilânia- sim, Angela – sim, Laudiceia – sim, Amélia – sim, Reinaldo – sim, Neide – sim.

Resultado:

17 votos favoráveis;

0 contrário;

0 abstenção.

Próximo ponto – Hospital do Tatuapé.

Laudicéia Reis Silva dos Santos, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais:

Fala que têm trazido o tema do hospital Tatuapé aqui porque desde dezembro, quando a gestão decidiu fazer no final do ano, quando eles sempre fazem fechamento de hospital, quando eles decidem fazer isso, as trabalhadoras têm travado uma luta muito grande para que não se terceirize o hospital, para que não se substitua trabalhadores que possuem experiência, são especializados por trabalhadores que estão chegando e precisariam aprender todo o serviço. Já foi falado aqui do concurso, que há como repor esse quadro. Considera importante falar que na Comissão de RH discutiram o dimensionamento dos hospitais. Pra fazer o dimensionamento da prefeitura municipal de São Paulo dos hospitais, você tem uma servidora que não vai dar conta de fazer isso, então até reforçaram na Comissão que é importante ter concurso, inclusive para os cargos em que as pessoas vão fazer a gestão e vão fazer o dimensionamento para entender como é que a Secretaria está funcionando. Também está aqui para fazer uma denúncia, porque as trabalhadoras do Hospital do Tatuapé estão sofrendo assédio, estão sendo punidas porque estiveram aqui no Conselho fazendo essa denúncia e inclusive entraram em contato com essas trabalhadoras pedindo RF e nome para saber quem estria aqui hoje na reunião do Conselho, então, estão vivendo uma pressão para que as trabalhadoras fiquem caladas. As trabalhadoras foram questionadas. Precisa denunciar porque tem trabalhadora recebendo advertência porque esteve aqui no Conselho contando o que está acontecendo com o hospital. Pede para passar a fala para quatro trabalhadoras.

Convidada Adriana Ribeiro: Declara que é funcionária pública e servidora do Hospital do Tatuapé há 24 anos. É também representante sindical pelo SINDSEP.

Veio fazer denúncia. Fazem luta justa, garantida pela constituição nacional, defendendo o SUS, o serviço público e principalmente os pacientes, a população. Estão sendo assediadas pela gestão, estão advertindo as funcionárias que estão na luta. Falaram que ela receberia 3 advertências infundadas. Essas advertências não chegaram. São contra a terceirização da saúde e dos serviços públicos. Não são contra os trabalhadores, são contra a privatização. Precisam de saúde digna e respeito. Os funcionários têm amor ao trabalho e fidelidade. Pedem o fim da perseguição pela gerência.

Convidada Taína: Faz parte da comissão dos aprovados no concurso. Também é servidora da Saúde, lotada no Hospital Cachoeirinha e diz aqui hoje viui muita coisa. Estão lutando para a

reposição do quadro da saúde dos servidores. quem está na linha de frente, quem está na saúde, sabe a importância da continuidade do cuidado, a importância de manter protocolos assistenciais. Um profissional CLT é travado, porque ele é barrado, ele é coagido. Não vai prestar assistência como o servidor. Por exemplo, se vê uma receita errada, porque é da farmácia, pode chegar no médico e cobrar para que seja corrigida. Está lá há 12 anos. Tem experiência e sabe a quem cobrar. Profissionais de OSS não aguentam muito tempo nas unidades. Conhecem o seu trabalho. Precisam do direito de fazer uma assistência segura. Experiência se ganha com o tempo. O Cachoeirinha também está sendo privatizado.

Convidada Cajubi – Enfermeira do Hospital do Tatuapé, servidora pública há 24 anos. Está pela segunda vez aqui neste Conselho, para fazer uma denúncia a respeito desse contrato que foi feito com a empresa SPDM em dezembro de 2025, às vésperas do Natal. Na primeira ocasião que esteve aqui, foi feita uma denúncia de intimidação por parte da gestão do hospital e também por parte desta Secretaria da Saúde por conta de assumirem o papel enquanto servidores públicos e denúncia de irregularidades em relação a esse contrato. Essas intimidações se concretizaram esta semana em aplicação de advertências em duas servidoras por conta destas denúncias. Este contrato com a SPDM, que às vésperas do Natal, no dia 18 de dezembro fez o chamamento de mais de 170 técnicos de enfermagem para sete setores de clínicas, deixando de chamar o profissional adequado para estes setores, que seriam os aprovados no concurso, que são auxiliares de enfermagem, porque para setores de clínica médica, clínica ortopédica, clínica cirúrgica, pediatria, centro cirúrgico, setor de queimados não é necessário que o profissional seja técnico de enfermagem, o profissional adequado é o auxiliar de enfermagem. Este profissional técnico de enfermagem da SPDM tem um custo de aproximadamente 1.500 reais a mais no salário em relação ao auxiliar de enfermagem da prefeitura, o inicial. Chamaram também 100 enfermeiros para todos esses setores. Ontem, a representante da gestão, a senhora Sara, declarou após essas denúncias, que a contratação de técnicos de enfermagem para estes setores é decorrente de legislação do COREN, que impede que auxiliares de enfermagem executem determinadas tarefas. Quer colocar aqui, sem medo de errar, que a fala em relação ao COREN é falsa.

O COREN determina apenas que procedimentos de alta complexidade sejam realizados pelo profissional enfermeiro, podendo ser executados por técnicos de enfermagem, sob supervisão do enfermeiro, porém em todos, exceto na UTI neonatal nos demais seis setores são setores de média ou baixa complexidade, não é necessário que seja técnico de enfermagem, então eles abriram mão, decidiram, não chamaram os profissionais adequados concursados e chamaram os profissionais da SPDM a um custo maior, tão somente porque a SPDM não tem profissional auxiliar de enfermagem, eles só têm técnicos de enfermagem no quadro deles. Além do custo, isso tem causado um estranhamento muito grande nos profissionais, uma insegurança, por que gerou uma sobreposição de tarefas, um excedente de profissionais nos setores. Cada auxiliar e técnico de enfermagem dessas enfermarias tem ficado com 2 ou 3 pacientes, esses setores não tem necessidade desses profissionais. Uma outra questão para concluir é que têm ficado aproximadamente 8 ou 9 enfermeiros em cada enfermaria dessa. Isso é um absurdo. Não é necessário. E tudo isso representa má gestão dos recursos públicos. da saúde, porém já observaram que eles estão trocando toda a cadeia de comando técnico desses setores, que são os enfermeiros, por enfermeiros da SPDM. Para ficar tudo sob a gestão da SPDM, estão tirando profissionais caros, enfermeiros e colocando no próprio setor para fazer prontuário, porque tem um excedente de profissionais. Estão aqui novamente para pedir ajuda deste Conselho porque parece ter uma irregularidade, inclusive na necessidade de chamar profissionais sendo que o técnico de enfermagem para esses setores o necessário é auxiliar de enfermagem e não técnico. Isso gera um custo muito maior.

Convidada Flávia Anunciação: Reformula fala da conselheira Laudicéia. O que foi pedido às servidoras para quem solicitaram o RF, já dizendo aqui que o Fábio Salles já lhe passou a informação que é a gestão participativa chamou o conselho gestor para uma reunião aqui, então o pedido dos nomes e da identificação foi para essa reunião que deveria ter ocorrido hoje, mas que foi transferida para o dia 20. Está refazendo a fala da conselheira porque o pedido de informação do RF das pessoas é para entrarem no prédio, se você vai subir, você precisa se

identificar com antecedência. Foi nesse sentido, mas aí voltando, após correção feita, diz que é preciso muita coragem para desassistir a população, assim como também é preciso muita coragem para estar aqui de maneira muito concreta para dizer o principal, que estão aqui não só defendendo o posto de trabalho, mas o direito fundamental à vida e a melhor assistência possível que a gente possa dar a cada um. É muito ruim ver trabalhadores que estão fazendo essa defesa sofrerem assédio, punição, retaliação dentro do seu local de trabalho. É o que está acontecendo hoje com essas servidoras. Elas não têm feito nada ilegal, nada ilegítimo. A única bandeira que elas estão trazendo hoje nas mãos é a defesa do usuário do SUS, é a defesa incondicional do usuário do SUS, é a defesa Incondicional do direito à vida dos usuários do SUS. Já mencionou aqui para vocês que tem e 30 anos de profissão a marca que nunca vai sair da sua mente e está tatuada no seu corpo é quando se perde um paciente por uma morte evitável, aquela pessoa não deveria estar morta, aquela pessoa é o amor de alguém, aquela pessoa é o pai, a mãe, o marido de alguém, quando você vê uma pessoa dessa morrer, porque você colocou num setor de queimado uma pessoa que tem seis meses de experiência e não sabe a diferença de uma adrenalina e uma dipirona, mas foi colocada ali de maneira irresponsável para fazer esse atendimento, e a Secretaria se exime dessa responsabilidade, porque quem faz a gestão é a SPDM, mas quando esse servidor, esse usuário está lá no cemitério, quem responde? A responsabilidade é de quem? Ou quando o resultado é uma lesão para o resto da vida? Quem vai responder? Porque existem coisas que são irreparáveis. Um profissional da saúde não tem a opção de errar, de não saber. Porque não saber o resultado pode ser uma lesão, uma seqüela para o resto da vida ou o resultado morte. Então é disso que as trabalhadoras do Tatuapé estão falando. É isso que as trabalhadoras do Tatuapé estão reivindicando. Como que a gente permite que a g do Hospital do Tatiana puna as trabalhadoras porque elas estão lutando e defendendo o direito fundamental à vida e à saúde que todos os usuários que passam por ali têm, e que precisa ser defendido. Então, precisa ter coragem para punir trabalhadoras, mas precisa ter muito mais coragem para estar aqui dialogando com vocês. Então, o pedido é a reversão de todas as punições. Que isso seja derrubado e que isso saia daqui desse Conselho. Porque isso é a demonstração de que a gente está do lado dos trabalhadores do Tatuapé, na defesa incondicional do direito à vida e na defesa incondicional do direito à liberdade sindical, direito do trabalhador.

Sheila Ventura Pereira, Conselheira Suplente, representante dos Portadores de Patologias:

Em nome das patologias, agradece as funcionárias, porque pessoas com patologias sentiram tudo o que foi falado. A falta de continuidade de tratamento, escuta qualificada traz sequelas. Relata que há situações acontecendo dentro dos hospitais no atendimento que chegam até à dificuldade do profissional conseguir fazer um acesso no paciente com doença rara. Estão vendo que há anos a terceirização só vem prejudicando, causando sequelas irreversíveis e o óbito. E ninguém responde. Precisam cada vez mais reforçar isso porque a ponta não tem voz. E a Ouvidoria? Como os pacientes dizem, só ouve. E a família fica com a conta. Parabeniza a todos que estiveram aqui pela coragem, porque muitas as vezes falam por vocês lá dentro dos setores, acabam sendo os pacientes chatos, porque falam quando o procedimento não está correto. Conhecem as técnicas. O paciente que vive com doença crônica há 34 anos, ele sabe quando estão fazendo o procedimento errado. Então essa escolha não está tendo na ponta.

Laudicéia Reis Silva dos Santos, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais

Gerais: O encaminhamento é que este Conselho se manifeste em defesa desses trabalhadores, pedindo imediata retirada das punições e que também seja respeitada a representação sindical dos trabalhadores, que foi legitimamente eleita para estar ali fazendo a defesa desses trabalhadores. Solicita que o CMS faça uma recomendação para que as punições sejam retiradas.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias,

Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Manifesta-se com uma proposta de encaminhamento. Precisam questionar também a área de Atenção Hospitalar sobre esse processo porque, até onde sabe, pode estar enganado, mas não tem nenhum procedimento aprovado para implementação de parceiras dentro de todo o serviço do hospital. Então, não está entendendo o que está acontecendo. Acha que precisa haver um questionamento sobre isso.

Porque a desculpa é que foi demitido todo o pessoal, então está sendo colocado aqui. Mas não é bem assim que funciona. Pergunta se alguém tem oposição aos encaminhamentos propostos na mesa. Ninguém se manifesta.

Passa a próximo o item de Pauta – Extinção de CRS Centro – incorporado à Norte.

Convidado Tarcísio Farias: Diz que vai iniciar sua fala com uma frase que o incomoda muito: “A cadela do fascismo está sempre no cio.” Ou percebem o que está acontecendo e param de brincar com a saúde pública ou na hora que forem feitos em cada uma das Coordenadorias o que estão hoje pintando na Central Norte, vão perceber que se trata da destruição do Sistema Único de Saúde. O Movimento Popular de Saúde do Centro concorda que não teve o porquê dessa intervenção. Tem o relatório do despacho do secretário, colocando claramente que ocorreu uma situação muito grave, que teria que ter tido uma intervenção, concordam com a intervenção.

Tem muitos problemas na época do IABAS, agora, na época da AFNE, tiveram muitos problemas na região central. Mas não concordam, não aceitam que estendam a Coordenadoria do Centro e as 2 Supervisões, por que? Quem é que vai administrar? Jogam na mão de qualquer um. Se alguém tiver alguma dúvida do que está acontecendo, pegue a folha corrida da Caminho de Damasco e verá que é tão ou pior que o IABAS e que a AFNE.

Considera que é possível a intervenção e mantendo-se a Coordenadoria, as Supervisões e os trabalhadores que são servidores públicos da administrativa direta. Fazer a intervenção e diretamente pagar os trabalhadores, manter os trabalhadores. É possível fazer isso. A prefeitura é a titular do contrato de gestão, ela não precisa de uma OSS, ela pode pagar diretamente, sem contratar, como se ela tivesse quase que sub-rogando esse contrato, é possível fazer isso, mas Por que não querem fazer isso? Eles querem destruir o Sistema Único de Saúde. É disso que se trata. Cita um ofício que enviou para todos os trabalhadores do grupo.

Basicamente estão pedindo que este Conselho peça ao Secretário para prestar esclarecimento sobre a extinção da CRS Centro e por que ela está sendo fundida na Zona Norte. Nada contra os companheiros da Zona Norte. Nós somos diferentes, território de referência. Fazer a discussão, entrar na discussão mandando ofícios para a AFNE e Caminho de Damasco, questionando o processo da sub-rogação dos trabalhadores, mas não concordam que venha outra OSS para continuar fazendo o que está sendo feito até hoje no centro de São Paulo.

Que este Conselho delibere no sentido de solicitar ao prefeito de São Paulo a suspensão imediata dos efeitos do decreto para diálogo prévio com este Conselho e com os Conselho da Região Central e Norte. A indicação de representantes dos Conselhos da Supervisão de Saúde do Centro e da Norte, bem como do Conselho Municipal de Saúde para integrar a Comissão Especial de Transição Institucional da SMS, solicitando ao Secretário a publicação da Portaria de formalização das indicações e a criação do grupo técnico para o estudo dos efeitos da transição de eventuais medidas assinadas a impedir o juízo ou a assistência e o exercício social. Querem que se revogue imediatamente, porque desde ontem estão em contato com 22 equipamentos que têm Conselho aqui no Centro. Já estão dizendo que o trabalhador procure onde você vai que acabou, aqui acabou, não tem mais. Diz que é muito claro o que está acontecendo na cidade de São Paulo. Só para concluir, relata que o Secretário tinha um hospital pronto, acordado no MP desde dezembro de 93. Recebeu a notificação para fechar o Hospital Bela Vista. Ele podia ter tido alguma preocupação com a saúde pública e solicitar prazo para o Ministério Público, prazo para a vigilância e transferir os trabalhadores, os equipamentos, os insumos de um hospital, mas ele preferiu vencer as eleições e no dia 19 de novembro fechar o hospital, tendo hospital para instalar. Pronto para ser utilizado. É disso que se trata. Ou reagem ou morrem.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Passa aos encaminhamentos. Acredita que todo mundo na mesa, com certeza, ou quase todo mundo na mesa hoje acha um absurdo a situação e não entende. Então, acha que não adianta ficar discutindo, porque vão ficar na mesma coisa. Até onde sabe, ninguém aqui tem mais informação do que outro. Acha que o que podem fazer de encaminhamento, é questionar o Secretário sobre as motivações, o Conselheiro André Anselmo já tinha mencionado ontem que a própria Comissão de Contratos já tinha questionado em ofício, enviado para lá, mas acha que podem somar isso pedindo explicações sobre esse

processo. Declara que é favorável à revogação do decreto, mas sendo realista, lembra que não adianta pedir, pois há uma discricionariedade aí com a qual não concorda. Terão meses bem difíceis pela frente. Podem coletar informação, questionar, pedir, porque se não se engana, tem um grupo que vai fazer acompanhamento para essa transição, talvez seja pertinente demandar ao secretário.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Esclarece que a comissão, a Comissão de Contratos de Gestão, de Contratos, Parcerias e Equipamentos Credenciados ao SUS e Saúde Complementar na terça-feira, dia 10, no dia em que foi publicada a reorganização, questionou o Gabinete. Solicitaram um conjunto de informações referentes a essa situação. Seu encaminhamento é que o Pleno do Conselho delegue à comissão que vá fazer toda apuração, que busque todas as informações.

Érica Tie Miai, Conselheira Suplente, representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Acha que, diante do que aconteceu na questão dos exames laboratoriais, acha que é imprescindível que o Conselho pelo menos se manifeste com relação a pedir urgentemente, como é que vai funcionar essa comissão que vai acompanhar, para não penalizar a população, porque nessa transição já está colocado que vai ser uma mudança de organização social. E como é que isso vai impactar no atendimento das pessoas? Pelo menos, acha que devem questionar isso. Entende que a comissão fez o questionamento, mas acha que agora o Pleno tem que fazer uma nota ou um pedido, uma manifestação, para que se dê uma resposta para a população que é assistida nessas unidades do Centro.

Neide Aparecida Sales Biscuola, Conselheira Titular, representante da Associação dos Profissionais Liberais: Encaminhamentos. A indignação é tão grande, que comissão tem seus limites. Solicita que ele pare esse processo agora, e que assuma a gestão do município por meio de contratos de emergência, porque ele vai pagar a conta da exoneração de todos os funcionários. Na Comissão há relatos de problemas de RH. Que se faça alguma coisa de forma correta.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Pondera que precisam ser realistas. Saiu o decreto lá assinado pelo Nunes. Não é só Secretaria da Saúde. Não adianta a gente se estressar mais do que já está só falando revoga. Já tem uma comissão de acompanhamento. Foi por isso que falou que acha justo pleitear que o Conselho tenha espaço na Comissão de Acompanhamento, mas dizer revoga não vai adiantar.

Priscila Pereira Tancredi, Conselheira Suplente, representante da Associação dos Profissionais Liberais: Complementando a fala da conselheira Neide, declara que esse encaminhamento tem que ser tirado sim de fato por essa Comissão que está sendo criada para que possam acompanhar essa situação. Precisam manter posicionamento político aqui, enquanto defensores do SUS, que tem que ser público e estatal. A gente tem esse posicionamento e ele pode ser um posicionamento que saia dessa Comissão posteriormente. Ninguém está falando que tem que sair daqui agora, neste momento. O problema é que precisam dar a Cesar o que é de Cesar. Então, assim, se não podem revogar o decreto, pergunta a quem cabe a quem cabe a denúncia deste Conselho para que seja feita a revogação. Se o posicionamento é pela revogação, quem é que pode apurar isso? É o TCM, é o Ministério Público? É ato discricionário, mas tem mas ele tem uma legislação para responder. Nem tudo que é ato discricionário, ele pode fazer da forma como ele quiser. Seu encaminhamento é pela denúncia do Conselho. Que se acompanhe pela Comissão para que possam fazer um parecer posterior. No entanto, neste momento, que seja encaminhada uma denúncia a quem de direito para apurar se esse ato discricionário está dentro da legislação e se atende a população.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Diz que fizeram uma discussão rasa de tudo o que está acontecendo. Não é só a junção da Coordenadoria Norte com a Coordenadoria Centro, existe toda uma conjuntura dentro

deste processo que não foi avaliada. Por exemplo, neste exato momento, não tem, não tem na Região Central ninguém responsável pelos trabalhadores, pelas unidades, ninguém, porque o contrato com a AFNE foi suspenso no dia 10 e o Caminho de Damasco ainda não tem um contrato e a Secretaria Municipal da Saúde não pode fazer sub-rogação de 3.509 funcionários porque são por concurso público. Precisam estar a par de toda a complexidade, por que houve a suspensão? Quais foram as justificativas da suspensão? Quais foram as irregularidades? Por que não se tem ainda se existe uma comissão de transição composta pela Coordenadora de Centro a Coordenadora da Norte, presidida por uma servidora da SMS de SEABEBS, com a vice-presidência de uma outra servidora aqui do Gabinete. A folha de pagamento do Caminho de Damasco é inferior à da AFNE. É necessária uma discussão profunda. Encerrar o contrato de gestão sem que ninguém saiba os motivos reais, porque ninguém sabe o motivo real. A prefeitura diz que é porque tem funcionário fantasma. A AFNE postou que é mentira. Estão passando para uma OSS sem contrato emergencial. É uma estratégia da gestão para este processo que não é administrativo organizativo. A questão principal é quem vai cuidar dos trabalhadores. E podem discutir posteriormente que não querem a Coordenadoria "Center Norte". A discussão deve ser centrada no problema real, que é Caminho de Damasco está saindo de um contrato de 411 milhões para um contrato de 831 milhões. Esse é o processo, esse é o problema. Então, agora sim, qual é o encaminhamento que vão dar? A Comissão trabalhou e se antecipou, enviou ofício requerendo contrato, requerendo justificativa. Ainda não havia sido publicado no Diário Oficial. Que o CMS se manifeste contrário, mas precisam avançar.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Como Pleno, vão reiterar todas as recomendações da Comissão de Contratos. as solicitações que foram feitas pela Comissão de Contrato de Gestão como colegiado Pleno do Conselho para que tudo seja apresentado com urgência. Tudo bem? Não adianta marcar reunião extraordinária sem informações. Está aprovado. O documento do Tarcísio passará pela Comissão Executiva.

Passa aos Informes:

Gabriel Motta Sousa, Conselheiro Titular, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Solicita que todos sigam a página do CMS no Instagram. Que os Coordenadores de Comissões avisem até domingo para publicação das reuniões.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Informa que a Comissão Executiva recebeu do Hospital e Maternidade Mario Degni a solicitação de compra de um mamógrafo. Vão subscrever e enviar para o Gabinete.

Sheila Ventura Pereira, Conselheira Suplente, representante dos Portadores de Patologias: Informa que a Comissão de Patologias e Doenças Raras tem se reunido, fez avaliação que muitas patologias não têm protocolos de atendimento e as que têm, não possuem linha de cuidados. A Comissão está se debruçando para criar uma linha de cuidado que vai servir para outras patologias e cada uma vai colocar as suas especificidades e isso vai dar até pra ajudar a orientar a base, atender essas pessoas, porque mesmo que tem protocolo, mas com essa mudança, a rotatividade tem prejudicado muito, então a Comissão de Patologias e Doenças raras tem elaborado. junto com a gestão, com o responsável pelas patologias, para elaborar essa linha de cuidado para as patologias e conta com a presença de todos que tiverem sugestões e quem tiver também conhecimento técnico para se unir à comissão, que se reúne todas as primeiras terças-feiras de cada mês.

Jonas Marssaro, Conselheiro Suplente, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Informa que a Comissão de Saúde da População LGBTI+ estava sem se reunir havia um tempo, mas voltou a se reunir já nessa semana, inclusive está aceitando membros aqui

do Conselho. É importante que segmentos estejam presentes, os movimentos das regiões, os movimentos sociais, o próprio governo, para a discussão tanto da rede trans aqui de São Paulo, como também dos protocolos.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Encerra a reunião às 18h15.